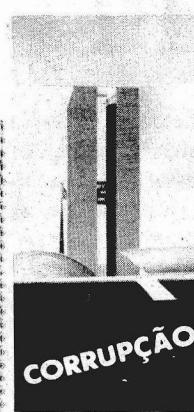


Itamar pode decretar hoje uma lei anticorrupção



A versão brasileira da operação "Mãos Limpas" de caça aos mafiosos italianos já encontrou o principal instrumento legal para punir os políticos e funcionários públicos envolvidos com a corrupção no Orçamento. Durante a reunião de hoje, às 11h00, da comissão dos Três Poderes contra a impunidade (chamada de comissão de notáveis contra a corrupção e a impunidade), no Palácio do Planalto, o presidente Itamar Franco deverá baixar um decreto regulamentando a Lei nº 8.429, que determina a perda dos bens dos envolvidos para a devolução integral do dano causado ao patrimônio público, além de tornar inelegíveis por até 10 anos os deputados e senadores condenados.

A lei do enriquecimento ilícito existe há pouco mais de um ano mas nunca foi aplicada. Com base nesta lei, a CPI do Orçamento poderá pedir ao Ministério Público o imediato sequestro dos bens dos parlamentares que tenham enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio por meio de negociações com recursos públicos. Bastam "fundados indícios de responsabilidade", diz o texto, sancionado nos

últimos meses do governo do ex-presidente Fernando Collor, já com o apoio da comissão contra a impunidade, integrada por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A CPI do Congresso ainda não tem uma estimativa de quanto foi desviado do Orçamento, mas a lei garante a devolução do dinheiro aos cofres públicos por meio da perda dos bens dos envolvidos.

As punições atingem funcionários públicos, ministros de estado e parlamentares, classificados como "agentes públicos". Entre os atos de improbidade administrativa listados pela lei está o recebimento de vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza. A lei prevê a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por um período de três até 10 anos.

A lei também obriga que os agentes públicos apresentem declaração de bens atualizada. Esta é a parte do texto que o presidente Itamar Franco pretende ver regulamentada imediatamente. Durante a reunião de hoje da comissão dos Três Poderes, o Presidente também deverá criar um grupo para investigar denúncias de corrupção no Governo.

O Presidente vai decidir ainda se cria um grupo de trabalho, para coordenar a operação "Mãos Limpas" no Executivo.

O grupo de trabalho teria como atribuições examinar o reflexo das

denúncias sobre corrupção no Orçamento e articular as iniciativas do Governo para combater a corrupção. Desde a semana passada, auxiliares do Presidente vêm tentando convencê-lo a se envolver diretamente com a operação "Mãos Limpas". Na sexta-feira, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o líder do Governo no Senado, Pedro Simon, anunciaram formalmente a intenção de Itamar Franco em participar destas discussões.

Vão participar da reunião com Itamar o presidente do Supremo Tribunal Federal, Octávio Gallotti, os presidentes do Senado, Humberto Lucena, e da Câmara, Inocêncio Oliveira, o presidente do Tribunal de Contas da União, Carlos Átila, e o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, além de Corrêa e Simon. Esta será a sétima reunião da comissão contra a impunidade, que colaborou com medidas anticorrupção durante a CPI do caso PC.

No último encontro, na sexta-feira, no Supremo Tribunal Federal, o senador Humberto Lucena propôs a elaboração de uma lei que atenuasse a punição contra pessoas que contribuíssem para investigações sobre crimes contra a administração pública. A comissão foi unânime na avaliação sobre a necessidade de criar a Secretaria de Controle Interno, um órgão vinculado diretamente à Presidência da República para coibir a corrupção dentro do Governo.



Itamar se reúne com comissão dos Três Poderes contra impunidade